

# ANP repassa à União parâmetros para royalties

Teófilo acredita que, com os cálculos, o Estado saiba quanto poderá receber

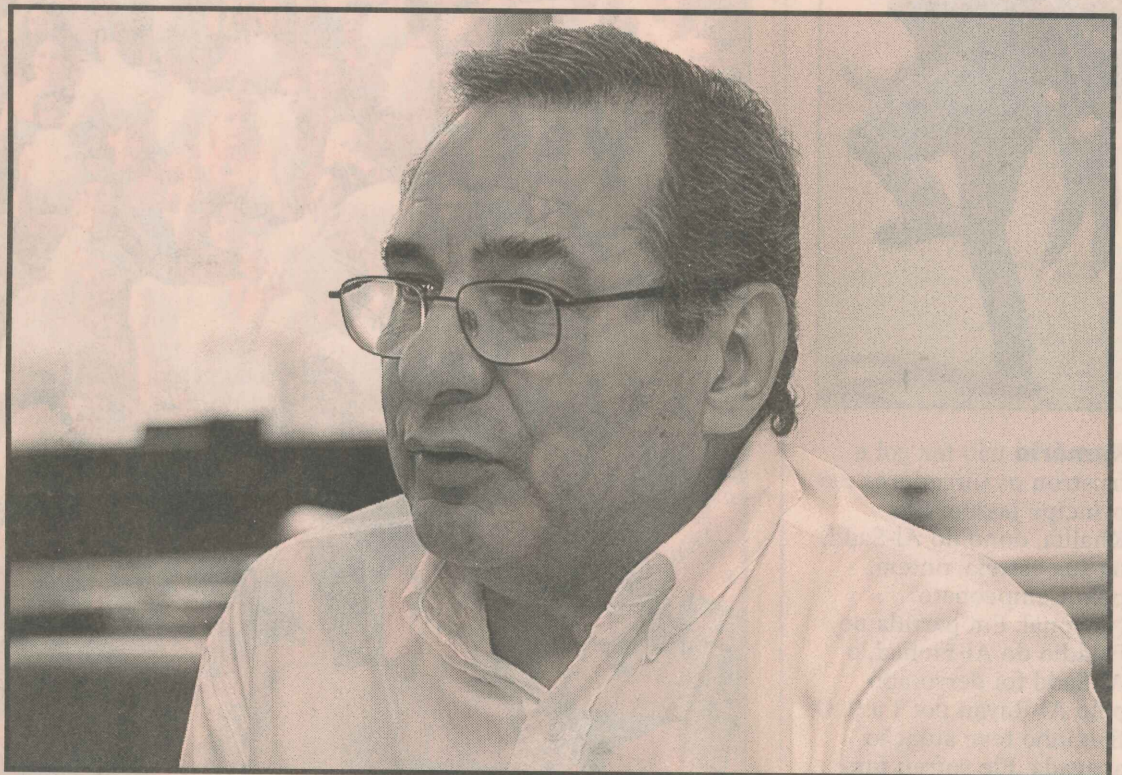
RADANEZI AMORIM

A negociação dos royalties do petróleo, que serão usados para o pagamento de salários atrasados do funcionalismo, está mais perto de uma definição. De acordo com o secretário de Estado da Fazenda, José Teófilo, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) já repassou oficialmente ao Tesouro Nacional os principais parâmetros para o fechamento da operação. Os valores que serão repassados ao Estado, na avaliação do secretário, devem ser conhecidos na semana seguinte ao carnaval.

“Agora o Governo federal tem todos os elementos de que precisa para fecharmos essa negociação. Essa é uma boa notícia”, avaliou Teófilo.

Ele explicou que faltam acertar “detalhes técnicos” para a liberação. Lembrou ainda que a negociação tem de ser realizada sem violar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece limites nas relações entre o Governo federal e os Estados.

De acordo com Teófilo, a operação envolve também projeções da produção, do preço do barril de petróleo e da taxa de câmbio nos próximos anos, para a fixação de valores. Entretanto, o secretário lembrou que não “resta



Ricardo Medeiros

## Regras

Teófilo lembrou que a negociação tem de ser realizada sem violar a LRF, que estabelece limites nas relações entre o Governo federal e os Estados

mais dúvida” de que as negociações estão avançadas.

### Ministro

O secretário lembrou que, na visita do ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao Estado, na semana passada, houve a confirmação de que o ministro da Economia, Antônio Palocci, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão acompanhando de perto a questão da liberação dos recursos dos royalties. “Tivemos a confirmação do que estamos falando nos últimos 30, 60 dias”, comentou Teófilo.

A dívida com o pagamento atrasado de servidores foi

calculada em R\$ 280 milhões. O total inclui os salários de novembro e dezembro de 2002, além de parcelas do contingenciamento feito no Governo José Ignácio, em 1999, e dos salários do último trimestre de 1998.

O Governo estadual, no início das negociações dos royalties, esperava obter cerca de R\$ 319 milhões, que seriam usados para quitar integralmente as folhas em atraso.

Entretanto, os servidores já começaram a pressionar o Governo pela demora em anunciar uma definição. Os sindicatos querem conhecer as contas do Estado, para formularem al-

ternativas ao pagamento.

### Solução

Na avaliação de Teófilo, a negociação dos royalties foi a melhor solução encontrada pelo Governo. Outra alternativa seria o pagamento com recursos próprios do Estado. Ele assinalou, entretanto, que esses recursos são “sabidamente insuficientes, até mesmo para o dia a dia de Governo”. “Se não der certo com royalties, vai ter de ser com receita própria. Não tem mais jeito. O Estado não pode se endividar para pagar folha de pagamento, porque a Lei de Responsabilidade não permite”, salientou.

## Secretário diz que contas estão melhores

Após ter recebido o caixa do Estado zerado e a contas públicas desorganizadas pelas diversas dívidas, o Governo estadual conseguiu aumentar a receita de ICMS em 32,8% em relação aos dois primeiros meses de 2002. Para tentar equilibrar as finanças, a estratégia tem sido reordenar os gastos e tentar aumentar a arrecadação.

A Secretaria da Fazenda está analisando as origens do aumento. Mas já se sabe que provém da ação fiscal. O secretário da pasta, José Teófilo, explicou que empresas de grande e pequeno porte estão pagando mais ao Governo. Para Teófilo, os números também apontam a confiança na administração Paulo Hartung (PSB).

O secretário lembrou que os salários do funcionalismo foram pagos em dia nos dois primeiros meses do ano. "Já estamos nos preparando para pagar a folha de março, mas estamos seguros de que seremos capazes de fazer esse pagamento", disse.

### Faxina

Teófilo explicou que o Governo vem levando a cabo uma "faxina dos gastos públicos", cortando o que não é necessário. Em janeiro, o Governo já conseguiu se manter como os próprios meios.

"Conseguimos pagar as despesas de janeiro com a receita do mesmo mês. Houve recursos para pagamento de pessoal, dívida pública, manutenção da máquina pública. É um grande resultado", avaliou o secretário.

# Projeto pretende alterar 34 leis

O Governo enviará à Assembléia Legislativa, na próxima semana o projeto de lei que altera 34 leis referentes à cobrança de ICMS e concede benefícios fiscais. Segundo o secretário José Teófilo, os principais objetivos são fazer o Executivo voltar a ter autonomia para gerir a área tributária do Estado e aumentar a arrecadação, que foi prejudicada com a concessão de regimes especiais.

As maiores alterações serão feitas nas leis 7.000/01 e 7.295/02, que regulamentam a cobrança de ICMS. Teófilo lembrou que a Assembléia aprovou, nos últimos dois anos, matérias que conferem aos deputados a prerrogativa de avaliarem as alterações nos tributos do Estado.

"A Assembléia, no passado, usurpou todas as competências do Executivo. Isso é um absurdo porque o Poder Executivo é eleito exatamente para gerir o destino do Estado" considerou.

As demais 32 leis estão sendo alteradas em detalhes. Segundo Teófilo, há casos em que a legislação gera dúvida de interpretação e estão sendo feitas

## Estado se adaptará a reformas

O Estado vai se adaptar ao que for decidido pelo Governo federal em relação às reformas da Previdência, tributária e trabalhista, explicou o secretário da Fazenda, José Teófilo. Ele lembrou que organização tributária do Espírito Santo depende de lei federal. "As normas federais são hierarquicamente superiores. Temos que esperar para ver o que acontece lá para

### As alterações

Veja as principais alterações propostas no projeto que o Governo envia na próxima semana à Assembléia Legislativa:



O projeto modificará 34 leis que tratam de benefícios e incentivos fiscais concedidos a empresas como favorecimento pessoal.

As principais alterações, entretanto, serão nas leis 7.000/01 e 7.295/02. Elas tratam de:

#### Lei 7.000/01

- Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências.
- A lei, entre outros pontos, estabelece casos de não-incidência da cobrança do imposto e autoriza o Poder Executivo "a conceder, na forma da lei, **tratamento tributário diferenciado**" em determinados casos.

Fonte: SEFA

#### Lei 7.295/02

- Também trata de ICMS, com base na Lei nº 7.000/01.
- Estabelece a suspensão do imposto em determinadas hipóteses e condições previstas em anexos.
- Trata da concessão de regimes especiais e da criação do Grupo Técnico de Estudos Econômico-Tributários - (GTEET), que tem finalidade de **conceder e administrar os tratamentos tributários** e inclui um representante da Assembléia Legislativa.

A Gazeta Ed. de Arte

correções, com novas redações de artigos e dispositivos.

### Receita

Teófilo avaliou que os benefícios fiscais, concedidos em leis aprovadas na Assembléia, a maior parte em 2001 e 2002, comprometeram a receita do Estado. De acordo

com ele, as alterações foram feitas, em alguns casos, para atender interesses pessoais.

"Não podemos ter um regime especial para cada contribuinte. Temos que ter uma norma geral que se aplique a todos ou à maioria dos casos", explicou. O projeto está em fase final de análise.

trabalhar aqui. O que vier de lá é que vai definir as regras daqui", detalhou Teófilo.

O secretário lembrou que a reforma tributária é "absolutamente necessária" e a mais complexa. De acordo com Teófilo, as alterações nos tributos do país envolvem interesses diversos do próprio Governo federal, dos Estados, dos municípios e dos empresários, por exemplo.

Ele lembrou que a reforma já vem sendo discutida há mais de 10 anos no país. "A reforma tributária caminhará mais lentamente", considerou. Teófilo destacou ainda que o Governo federal ainda não apresentou o projeto com as mudanças, mas convocou Estados e municípios para participarem do debate e contribuir para a elaboração de uma legislação mais coerente.